

NÔ PINTCHA



ORGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

B I S S A U

PINTO DA COSTA AMANHÃ EM BISSAU

É esperado na nossa capital, no princípio da tarde de amanhã o camarada Manuel Pinto da Costa, Presidente da República Democrática de S. Tomé e Príncipe para uma visita de trabalho e de amizade ao nosso país que durará uma semana.

Do programa da visita deste ilustre Presidente africano constam conversações entre uma delegação guineense e santomenense, deslocações a várias

unidades fabris, nomeadamente a fábrica de automóveis Citroen, ao complexo agroindustrial de Cumeré, Socotram e Cicer, além do projecto de algodão em Bafatá.

Durante a sua permanência na Guiné-Bissau, o camarada Pinto da Costa que viaja acompanhado nomeadamente dos camaradas, Alda Espírito Santo, ministro da Informação e Cultura e Raúl Bragança, Chefe do Esta-

do Maior, visitará também algumas localidades do interior do país e será homenageado com um banquete oficial, oferecido pelo camarada Luiz Cabral, Presidente do Conselho de Estado.

Na terça-feira, último dia da sua visita, será assinado um comunicado conjunto seguido de um encontro com órgãos de informação nacional e estrangeiro e um sarau cultural.



Na foto os Presidentes Luiz Cabral, Pinto da Costa, o saudoso camarada Agostinho Neto, Aristides Pereira e Samora Machel — a cooperação entre os nossos países nasce da camaradagem que nos une

Luz Cabral visita o Brasil no próximo ano

Foi simultaneamente anunciado em Brasília e Bissau, pelo Comissariado de Estado dos Negócios Estrangeiros, que o camarada Luiz Cabral, Presidente do Conselho de Estado deverá efectuar uma visita oficial a República Federativa do Brasil no segundo trimestre de 1980, a convite do Presidente brasileiro João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Os dois chefes de Estado notam com satisfação que a visita deverá contribuir para o fortalecimento dos laços de amizade e cooperação já existentes entre os dois povos e países.

A data e o programa da visita serão determinados posteriormente.

Vitor Saúde Maria regressou da ONU

A luta armada continua a ser a alternativa para o Zimbabwé

«Nós não temos nenhuma esperança de que os resultados da Conferência de Londres venham a ser favoráveis, para já, à necessidade da grande maioria negra do Zimbabwé» — disse o Comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros, camarada Victor Saúde Maria, no regresso da 34.ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, que está a decorrer em Nova Iorque e onde continuam em discussão, os problemas da África Austral.

O chefe da diplomacia guineense fez tal afirmação, referindo que os inimigos do povo do Zimbabwé continuam a agir com manobras, conforme se abstrae do desenrolar da Conferência em Londres entre a Grã-Bretanha, e as duas partes em conflito, lideradas pelos patriotas da Frente Patriótica e do Governo ilegal de Salisbúria, do fantoche Ahel Muzorewa às ordens dos racistas rodeianos. «Nesta ordem de ideias, consideramos que, para os nossos irmãos do Zimbabwé, a alternativa continua a ser a lu-

ta armada pela libertação do país». — acentuou.

Victor Saúde Maria, que fora a Nova Iorque, acompanhado do cama-

Ele teve ocasião de intervir durante a sessão plenária, tendo participado igualmente em reuniões ministeriais, estabelecidas no programa

tos discutidos na conferência de Manila, no princípio deste ano.

Por outro lado, houve também uma reunião dos ministros dos países da Conferência Islâmica, onde se discutiu as resoluções da última conferência efectuada em Fez (Marrocos), assim como as recomendações feitas há alguns anos atrás, no Paquistão.

(Continua na página 8)



rada Júlio Semedo, director dos serviços para assuntos jurídicos e políticos dos Negócios Estrangeiros, participou nos debates da Assembleia Geral, dominados pelos assuntos mais importantes da actualidade internacional — a crise económica mundial, o desarmamento e a questão da descolonização.

Uma dessas reuniões refere-se ao «grupo-77», que examinou minuciosamente a situação económica e sobre a nova estratégia que deve ser adoptada para o desenvolvimento económico internacional. Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países do «grupo dos 77» apreciaram também alguns pon-

Marrocos
bombardeia
Smara
com
napalm
(ver pág-7)

Conselho de Comissários debate problemas económicos e financeiros

O Conselho dos Comissários de Estado iniciou ontem, sob a presidência do camarada Luiz Cabral, uma reunião alargada aos directores-gerais, no decurso da qual se discutiu a estrutura do Orçamento Geral do Estado.

Foram traçadas orientações para a elaboração definitiva do Orçamento de Funcionamento, tendo sido fixadas as percentagens de aumento para cada departamento.

De salientar o sensível aumento de Orçamento concedido ao Comissariado de Estado de Recursos Naturais. O Conselho decidiu também criar comissões de estudo para o reajustamento dos salários em vigor. A reunião prossegue hoje os seus trabalhos.

Dos leitores

UDIB e a Taça PNUD O direito de participar

É intrigante o facto da UDIB ser excluída de participar na segunda edição da «Taça P.N.U.D.», instituída por este organismo das Nações Unidas no nosso país, desde o ano passado.

Ora, se a UDIB é a equipa que conquistou esta taça na sua primeira edição, como é que perde o direito de continuar a disputá-la e de conquistá-la assim se puder, em três anos consecutivos ou cinco alternados, conforme dizia o regulamento?!

Como todos nós sabemos, não costuma haver regra sem excepção. Se o regulamento para a taça diz que esta seria disputada em cada ano pelas duas equipas de Bissau melhor classificadas e as duas melhor classificadas do interior do país, no campeonato nacional de futebol, os regulamentadores podiam ou melhor, deviam abrir uma excepção para a equipa detentora da taça na edição anterior, caso esta não constasse entre os tais quatro classificados do campeonato.

Quanto ao meu ver, nesta segunda edição da Taça PNUD, parece-me que está em vias de se concretizar uma grande injustiça e um grande erro com a exclusão da equipa udi-bista. Vá lá que isso pode ser um lapso voluntário da parte da Federação Nacional de Futebol.

Admitindo ainda outro método aceitável, é que a detentora do troféu, neste caso a equipa da UDIB, podia ser privilegiada nesta segunda edição, disputando o torneio com a equipa vencedora da eliminatória quadrangular que se está a disputar.

Em todo o caso, se insistem com este método de «exclusão», eu cá sobre isso não digo mais nada. Só que, a contrariar este regulamento, irá surgir o facto da equipa vencedora desta segunda edição vir a encontrar-se, no próximo ano, nas mesmas condições da UDIB, sendo isso ainda possível de se verificar, com os futuros vencedores da Taça da PNUD. Desgraçado será este troféu que acabará por se enferrujar nas mãos dos clubes. Coitado dele. Vai ser disputado tantos anos quantos os anos da colonização desta terra.

FUNDUNGO

O país

Emuladores realizaram trabalho voluntário no Hospital Simão Mendes

No quadro de emulação especial em saudação ao primeiro Congresso da UNTG, realizou-se no passado domingo uma jornada de trabalho Voluntário no Hospital Simão Mendes, levado a cabo por iniciativa do Comité Sindical daquele estabelecimento hospitalar, com a colaboração do Departamento da Emulação Patriótica.

Foi assim que cerca de 500 trabalhadores dos 14 centros de emulação especial tomaram parte ac-

tiva no trabalho voluntário sendo aproximadamente de 45.500 pesos a avaliação desse trabalho.

Estiveram presentes também representantes da direcção do Hospital Simão Mendes e da nossa Central Sindical.

SEMINÁRIO AFRO-JUGOSLAVO

Para representar a U.N.T.G. num seminário afro-jugoslavo que se iniciou hoje em Belgrado, capital

da República Socialista da Jugoslávia para terminar no próximo dia 30, partiu no sábado para aquele país, a convite dos sindicatos jugoslavos o camarada António Nobre, funcionário da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné-Bissau.

RESTAURAÇÃO DOS COMITÉS SINDICAIS

Após quatro dias de trabalho nos sectores de Ingoré e S. Domingos, a fim de restaurar os comi-

tés sindicais, regressou já a Cantchungo o camarada Pedro Monteiro Júnior, primeiro secretário da União Regional dos Trabalhadores de Cacheu. Recorde-se que a primeira Conferência Regional, realizada em meados de Setembro, traçou directrizes concretas para o desenvolvimento e consolidação da organização sindical na região, no sentido dos trabalhadores, melhor enquadrados, poderem unir os seus esforços nas tarefas da reconstrução nacional.

Intercâmbio nas Obras Públicas com Cabo Verde

A Comissão Mista guineense-caboverdeana, no domínio das Obras Públicas, adoptou, na sua primeira reunião, realizada na cidade da Praia, de 2 a 7 do corrente, medidas que visam reforçar cooperação entre os dois países no domínio das construções. Dentre essas medidas há a salientar a constituição, em cada um dos departamentos das Obras Públicas, de uma sub-comissão encarregada de promover os contactos e estudos necessário à elaboração de regulamentos técnicos e a deslocação a Bissau, em visita

de contactos com as empresas públicas e privadas do país, de uma delegação das empresas homólogas da República irmã.

Durante a reunião, as duas partes analisaram a orgânica dos respectivos departamentos governamentais e fizeram o ponto à cooperação entre as empresas dos dois países. A nossa delegação, que integrava os camaradas João Carlos Nobre Leite, director-geral da Construção e Mustafá Camará, director dos serviços da Construção Civil, foi recebida pelo Primeiro Mi-

nistro, comandante Pedro Pires e pelo titular das pasta da Obras Públicas e visitou algumas empresas de construção.

Recorde-se que a Comissão Mista foi criada pela 2.ª Conferência Inter-Governamental, realizada em Bissau de 7 a 11 de Fevereiro último, com vista à elaboração de um programa detalhado de cooperação entre os dois países no domínio das Obras Públicas. A segunda reunião decorrerá em Bissau, na segunda quinzena de Janeiro próximo.

Reunião dos responsáveis de Bolama

No âmbito do ano de solidariedade para o desenvolvimento da região de Bolama Bijagós, realizou-se no sábado à noite, em Bolama, uma reunião dos responsáveis da respectiva região, onde foram discutidos os planos de urbanização e vários projectos de construção naquela cidade.

A reunião foi presidida pela camarada Francisca Pereira, membro do CSL do Partido e Presidente do Comité de Estado da região Bolama-Bijagós e contou também com a presença de engenheiros cooperantes do Comissariado de Estado das Obras Públicas, Construção e Urbanismo.

Responde o povo

Que sugere para a melhoria da nossa informação? (1)

«Que sugere para a melhoria da nossa informação?» — Foi o tema que hoje escolhemos para o Responde o Povo, e cujas respostas abordamos:

Quanto a mim — começou por dizer a nossa primeira inquirida, **Maria Filomena, jovem estudante de 20 anos** — «acho que para a melhoria da nossa informação, primeiramente devemos definir qual o tipo de informação que queremos para a nossa terra. Sabemos que actualmente, os países capitalistas tendem a manobrar como entendem as informações para todo o mundo e, isso, claro está que tem as suas implicações para os países pobres sem qualquer recurso técnico para fazer face a essas jogadas».

Prosseguindo esta camarada diria ainda o seguinte: — «Por outro lado, o nosso Estado deve enviar todos os esforços para dotar o sector informativo de meios técnicos modernos, que ajudem a melhorar cada vez mais o próprio trabalho da informação, visto que é o próprio Estado a reconhecer o importante papel reservado a este sector. Na nobre e exigente obra da Reconstrução Nacional». Falando mais precisamente da Rádio e do jornal «Nô Pintcha», a camarada diria que a rádio, actualmente tem mais importância, na medida em que a maioria das nossas populações é analfabeta, mas que por sua vez tem que preparar

programas que atinjam todas as camadas do nosso povo, porque só assim é que ela poderá cumprir cabalmente a sua tarefa de informar e formar as massas. que diz respeito ao jornal, esta camarada diz que acha o jornal um pouco monótono, quase sempre com as mesmas coisas, cheio de gralhas que por sua vez tornam o jornal deselegante e assim não convidando à sua leitura logo à primeira vista. Terminando, ela diria ainda que acha que a nossa Informação em geral, está de momento uma enorme falta de quadros, sem a qual nada pode ser feito.

Mas à frente, encontramos um camarada muito apressado que só depois de alguns pedidos, conseguiu dispensar-nos um minuto do seu precioso tempo. Este camarada chama-se **Adolfo Lopes**, um funcionário, talvez com uma quarentena de anos, e que diria, o seguinte:

«A Informação, como um sector importante que é na nossa vida nacional, deve esforçar-se no máximo para que seja cada vez mais, aquela informação que desejamos para o nosso povo. Portanto uma informação que não tem só o carácter informativo, mas também o de ajudar na formação do Homem novo com que sempre sonhou o imortal líder, camarada Amílcar Cabral».

«É com muita pena e compreensão» — continuaria ainda este camarada — «que se verifica que a nossa Informação, tem muito caminho a andar, visto que como um sector da nação, também tem o seu quinhão nas imensas dificuldades com que no deparámos actualmente. Mas por outro lado, creio dentro de pouco tempo as dificuldades diminuirão e então a nossa Informação poderá dotar-se de meios que a ajudem a cumprir, talvez uma grande parte das suas funções. Concretamente, no que diz respeito à rádio e ao jornal acho-os ainda deficientes, rádio sem quadros e está quase sempre avariada, quanto ao jornal, este, penso também que enfrenta o grave problema da falta de quadros. Talvez são essas as explica-

ções para algumas falhas que se verificam.

E, a terminar o nosso inquérito de hoje, abordamos um outro jovem estudante, este dos seus 18 anos que muito breve e preciso nas palavras disse-nos que ele achava que é urgente dotar a Informação Nacional de meios que a permitam desempenhar o mais completo possível, a importante tarefa que lhe atribuída pelo nosso Governo, tarefa essa informar as nossas populações. Ma por outro lado, este camarada, o **Mário Ialá da Silva**, disse ainda «neste momento, sem menosprezar o jornal, entendo que é importante desenvolver dotar a rádio de quadros e material para melhorar o seu serviço».

vez são essas as explicações para algumas falhas que se verificam.

Ilha do Sal

Limiar de grandes empreendimentos

O primeiro autocarro ostentando as cores da «solidariedade» já circula na ilha do Sal que, desde Abril, se via em certos apuros com o transporte colectivo. Realmente o funcionamento do autocarro (estando para chegar outro em breve), a abertura da Empresa Pública de Abastecimento, a vedação das pistas do aeroporto — quase terminada — uma estação de rádio a funcionar, são as realizações que contagiaram de optimismo a população da ilha mais seca de Cabo Verde.

A abertura da primeira delegação da EMPA, aliado aos esforços das autoridades lo-

cais vão melhorando sensivelmente a dieta alimentar da população, o abastecimento do comércio e mesmo à aviação. Estes foram os grandes empreendimentos que o nosso colega «Voz do Povo» constatou na ilha do Sal.

Na sua conversa com Lourenço Lopes, delegado do Governo, este esclareceu que o principal armazém da EMPA, na Palmeira, não está concluído e que o Secretariado cedeu locais para posto de venda e armazenamento de produtos.

Por outro lado, a estrada para Santa Maria está, agora,

a sofrer o primeiro arranjo, com uma certa verba adiantada, não com os cinco mil contos destinados à reparação de estradas, no plano de desenvolvimento. Na baía da Murdeira constrói-se a «Residência» — estrutura de acolhimento do Governo que se é necessária tendo em vista ao Aeroporto Internacional Amílcar Cabral se tornar cada vez mais um ponto de passagem de personalidades políticas. Este edifício fica a coberto da poluição sonora dos aviões.

Actualmente, todas as localidades são servidas pelo serviço do autocarro, embora cer-

tas deslocações só venha a melhorar com o aumento de autocarros. Milhares de árvores já foram fixadas pelos trabalhadores da Shell, algumas já têm um metro de altura passando as bordas dos tambores que a protegem. O campo de futebol também beneficia-se. O arranjo da sua vedação está em bom andamento, com a verba conseguidas por uma comissão de desportistas do Sal, com algumas ajudas de entidades nacionais. Segundo o projecto, espera-se que este estádio venha a tornar-se no melhor do de Cabo Verde.

Pedro Pires inaugura a sede do Comité de Ponta D'Água

Na presença do Primeiro Ministro Caboverdiano, camarada Pedro Pires, teve lugar no penúltimo dia do mês passado, a inauguração da sede do Partido na localidade de Ponta d'Água, totalmente construído com trabalho voluntário dos militantes, simpatizantes e da população da zona.

A iniciativa da construção da sede que emanou do comité do PAIGC na localidade, constitui um marco da vontade popular prova da eficácia de um trabalho organizado e ainda, como sublinhou o camarada Pedro Pires,

«constitui um exemplo para outras zonas e outras estruturas do Partido de que é possível construirmos uma sede decente para a organização do Partido em todas as localidades».

Durante o acto da inauguração em que usou a palavra o camarada Pedro Pires, diversos temas foram abordados, nomeadamente, o papel e a importância das comissões de moradores, a importância do trabalho voluntário da população, e outras questões de interesse nacional.

Carlos Reis na abertura do ano lectivo

Não ao divórcio ensino-realidade

Não a dissociação entre a escola e a realidade nacional, particularmente a vida do campo, onde vive e trabalha a maior parte da nossa população. Sim, a complementaridade entre a escola e a vida, voltada para um contributo válido ao avanço das comunidades rurais e ao desenvolvimento nacional. Que o aumento de frequência das nossas escolas complementares e secundárias não signifique o agravamento do êxito do meio por parte da nossa juventude, o que inclusivamente viria a provocar

uma saturação dos meios de ensino existentes nos maiores aglomerados — reagiu o camarada Ministro da Educação e Cultura, Comandante Carlos Reis, ouvido pelo «Voz do Povo» a propósito da abertura do novo ano lectivo em Cabo Verde.

Uma maior participação dos pais e encarregados de educação nas actividades das escolas e dos liceus e no ensino desenvolvido, a necessidade de uma maior aproximação por parte dos professores, das escolas e do ensino de toda a estrutu-

ras do Partido e das organizações de massa e a continuidade do trabalho de superação por parte dos professores, foram ainda apontadas como fundamentais por aquele membro do CEL do P.A. U.C.V.

A determinação do Ministério da Educação e Cultura de evitar o divórcio entre a escola e a realidade, concretizada por um maior esforço de oportunidade no ensino profissional técnico, encontrou já este ano uma resposta flagrante — das 600 matrículas no curso diurno, no ano passado,

na Escola Comercial e Indústria do Mindelo, actualmente estão-se já em mais de 800. O camarada Carlos Reis anunciou ao semanário caboverdiano que o trabalho de reestruturação dos cursos da Escola de S. Vicente será aprofundado, serão alargadas as unidades oficiais e toda a experiência desta reestruturação será logo que possível aproveitada para a criação, em Santiago, de uma escola técnica de formação profissional, que não deixe de lado a especialização para a agricultura e para a in-

dústria voltada para a Reconstrução Nacional.

Um grande aumento de frequência do ensino complementar básico (o antigo ciclo preparatório) foi realçado pelo camarada ministro, particularmente nas escolas da Praia e de Santa Catarina. Na Praia, de 1279 matriculas, no ano passado, passou-se, este ano, para 1597. Em Santa Catarina, de 667, no ano passado, está-se em 1050, para que não há ainda a necessária garantia de infra-estruturas. A criação de duas novas escolas preparatórias em

Santa Cruz e no Povo Novo é já uma hipótese de concretização.

Um Curso de Superação de monitores, será frequentado durante um ano na Praia por professores-monitores do Ensino Primário, com um diploma do Preparatório e faculdade de uma maior preparação pedagógica, continuando o esforço há anos concretizado de mais de 600 monitores no Ensino Primário existente por altura da Independência, existindo agora já só 170.

Tomos que ser capazes de criar cooperativas

A criação de cooperativas que aglutinem os pequenos camponeses da Guiné-Bissau e facilitem a ultrapassagem das graves distorções na distribuição de terras provocadas pelo modo de exploração colonial em Cabo Verde é encarada no texto que segue, extraído do Seminário de Quadros, como uma das formas preferíveis de resolução dos problemas básicos dos homens que cultivam a terra.

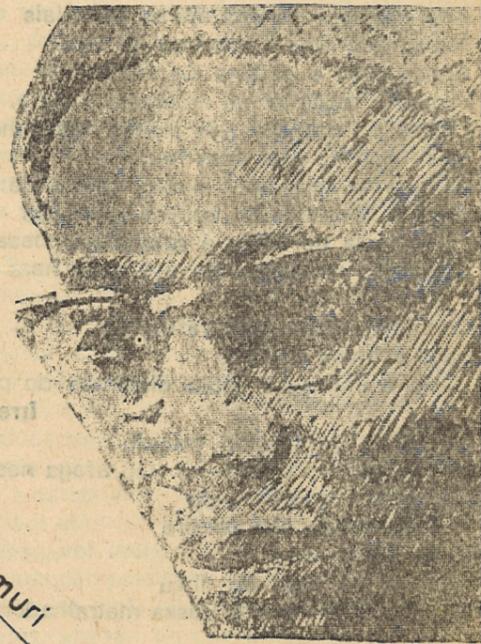
Esse será o caminho mais curto para desenvolver a nossa Agricultura, diz o camarada Cabral.

«Temos que estabelecer a pouco e pouco toda maneira de resolver o problema dos pequenos agricultores da nossa terra amanhã, porque a nossa terra pelo seu atraso, nem verdadeiramente pelos agricultores chega a ter, na Guiné. Em Cabo Verde, o problema é diferente, porque os pequenos agricultores são muitos, não tanto como era

para pegarem nas cooperativas em conjunto, para desenvolverem o sistema cooperativa, que, quanto à nossa ideia, é o caminho mais curto para desenvolvermos a nossa agricultura e a nossa economia dentro da nossa terra amanhã.

«E desde já, devemos começar com experiências em relação às propriedades que eram do Estado colonial. Por isso o nosso Partido deu ordens para que aquelas granjas ou hortas deixadas pelo inimigo ou por aqueles que fugiram da guerra, na nossa terra, deviam ser dirigidas pelo nosso Partido mesmo, por Comités nomeados pelo Partido para os gerir. Devemos

confessar que, na maioria dos casos, os nossos responsáveis, os nossos camaradas, não ligaram tanta importância como seria bom ligar a esses trabalhos, a essas palavras de ordem do Partido e até hoje, de grande parte dessas granjas e hortas, não se tirou o rendimento que era possível, nem as puseram nas condições que era preciso por. Algumas delas estão abandonadas, cheias de palha, as plantas desapareceram, estragaram-se, além daquelas em que os próprios tугas vieram com as suas bombas, bombardearam, destruindo as nossas árvores de fruto e outras coisas que lá havia.



Cabral ca muri

Massacre de S. Tomé

por - Agostinho Neto

Foi quando o Atlântico
pela força das horas
devolveu cadáveres
envolvidos em flores brancas de espuma
e do ódio incontido das forças
sobre sangues coagulados de morte
As praias se encheram de cravos e de chacais
em fome animal de carnes esmagadas
na areia
da terra queimada pelo terror das idades
escravizadas em cadeias
na terra chamada verde
que as crianças ainda chamam verde de
[esperança]

Foi quando no mar os corpos de embeberam
de vergonha e sal
nas águas ensanguentadas de desejos
e fraquezas
Foi então que nos olhos em fogo
ora sangue ora vida morte
enterrámos vitoriosamente os nossos mortos
e sobre as sepulturas
reconhecemos e razão do sacrifício dos homens
pelo amor
e pela harmonia
e pela nossa liberdade
mesmo ante a morte pela força das horas
nas águas ensanguentadas
mesmo nas pequenas derrotas acumuladas
[para a vitória]

Em nós
a terra verde de São Tomé
será também a ilha do mar.

★

S. Tomé e Príncipe

Irmãos de S. Tomé e Príncipe
As datas são marcos da nossa história
Setembro de setenta e quatro
É uma fase nova e decisiva da nossa luta.
Um passo em frente é pontaria certa
Atenção, irmãos do arquipélago isolado...
Cada hora é uma afirmação
Duma viragem sem precedentes
Nossos passos certos nas minas lançadas
Nos trilhos das nossas caminhadas,
São grandes de alcance longo.
É preciso saltar as minas
Nas emboscadas dos muros coloniais
Nossa guerrilha é unidade na luta
Nosso fusil é palavra de ordem
Pronta a disparar no momento exacto.
Irmãos do mundo, nós somos guerrilheiros
Das ilhas do mar sem fim.
A muralha colonial é nosso campo de batalha
Rastilho engatilhado aponta contra nós
Perspicácia do ilhéu é coluna na nossa luta
Manobras multiplicadas avançam hora após
hora

Condicionalismo geográfico
Nega eco voz do ilhéu
Rádio e imprensa estão distantes do processo
irreversível

Das ilhas do fim do mundo
Mas o mar da separação não afoga nossa luta
Nós somos guerrilheiros
Com armas de alto calibre
O mar da divisão
Dá força ao fusil do ilhéu
A força da unidade é nossa metralhadora

Alda Espírito Santo

S. Tomé e Príncipe

A cooperação entre nascem da camarada

A procura de uma nova
dinamização da coopera-
ção bilateral entre os
nossos países, no quadro
de amizade e solidariedade
de existentes ao nível de
partidos e governos da
de a luta de libertação
nacional, é o principal ob-
jectivo da visita de uma
semana que o camarada
Manuel Pinto da Costa,
Presidente da República
Democrática de S. Tomé
e Príncipe deverá efectuar
ao nosso país, a partir de
amanhã.

Esta cooperação baseia-se
nas relações de confiança,
de amizade e camaradagem
que nos unem e nos interessa
desenvolver. «Essas relações
devem ser mais frequentes
reforço desses laços de
união militantes de longo
data» — frisaria o camarada
Presidente Luiz Cabral, aquando
da sua primeira visita a S. Tomé
e Príncipe, em Janeiro deste
ano, acrescentando que «vemos
que, hoje em dia, todos os
países, sejam quais forem os
regimes sociais e políticos
que possam ter, procuram
sempre sempre junta-se na
procura de interesses e
objectivos comuns. E é

nessa base que cada um de
nós, dirigentes de países
africanos de experiência
portuguesa, temos plena
consciência de que devemos
estabelecer consultas
periódicas, a

fim de podermos ganhar
com as experiências de cada
um e assentar em formas de
desenvolver uma cooperação
válida entre os nossos povos.
Consciente de que po-

vo para fazer a reconstrução
nacional do país não pode
viver isolado, no plano da
política exterior, a acção do
governo foi orientada para
preocupação de cons-

Programa do MLSTP

O Programa do Movimento de
Libertação de S. Tomé e
Príncipe (MLSTP), partido de
vanguarda da luta do povo
santomense aponta para um
regime democrático anti-
colonialista e anti-imperialista,
em que haja a garantia das
liberdades individuais e da
igualdade dos cidadãos sem
distinção de origem social,
sexo, tendências políticas,
religiosas ou filosóficas, a
elaboração de um programa
sanitário que assegure a
assistência médica gratuita e
eficaz a toda a população
de S. Tomé e Príncipe.

A criação de condi-

ções para garantir trabalho
a cada cidadão segundo as
suas aptidões e formação
profissional, a liquidação do
analfabetismo e promoção do
ensino no sentido de valorizar
uma cultura autenticamente
profissional, a reforma agrária
com vista a estabelecer uma
melhor distribuição de terras
segundo as necessidades do
desenvolvimento da economia
nacional, a criação de institutos
para o desenvolvimento e
melhor aproveitamento das
riquezas agrícolas e o desenvol-
vimento da pesca e de outra
indústrias tendem em vista o
aproveitamento das

riquezas naturais do país, são
questões referentes à recon-
strução nacional, incluídos no
Programa Máximo do Partido.

S. Tomé e Príncipe optou por
uma política independente e
pacífica com o estabelecimen-
to de relações diplomáticas
com todos os países do mundo,
tendo como base os princípios
de respeito mútuo da soberania
nacional, não agressão, não
ingerência nos assuntos
internos, igualdade e reciprocidade
de vantagens, respeito pelo
princípio das cartas da ONU e
da OUA e apoio à luta dos
povos africanos pela sua
unidade.

O massacre de Batepá

Nos primeiros dias de
Fevereiro de 1953, sob o
comando directo do Governador
Carlos Gorgulho centenas de
trabalhadores revoltados são
violentamente reprimidos em
Batepá.

Desapossados das suas
terras e relegados para terras
menos férteis do Norte da ilha,
onde em fins de 1974 estava
reduzido à posse de cerca de
sete por cento das terras
cultiváveis, o povo de S. Tomé
e Príncipe resistiu sempre às
tentativas de enquadramento
no trabalho das roças que lhe
tinham sido expropriadas.
Com a chegada às ilhas do
Governador Carlos de Sousa
Gorgulho intensificam-se os
esforços coloniais no sentido de
levar à prática o referido
enquadramento.

Utilizando a demagogia
política de prometer melhores
salários e me-

lhores condições de vida aos
trabalhadores santomenses
que se dispuseram a trabalhar
nas roças, Gorgulho não consegue
mais do que o reforço da
posição do povo quanto à
questão de trabalhar como
«contratado» nas roças
colonialistas. Como represália
conduz uma política de asfixia
dos pequenos camponeses,
impedindo-os, por exemplo,
de fabricar e vender aguardente
de cana, quebrando assim a
concorrência que aquele produto
fazia à aguardente exportada
de Portugal. Essa política só
foi possível na prática com a
prisão em massa de numerosos
elementos da população.

Tais violências reaccionárias,
aliadas a incessantes e
constantemente ruge, ao
contexto histórico da
descolonização da África e da
Ásia, ao agravamento da
miséria anterior ao

25 de Abril, fazem com que
cresca qualitativamente a
tomada de consciência política
de amplas camadas do povo
de S. Tomé e Príncipe. Nos
anos seguintes, como consequência
da baixa cotação nos mercados
internacionais, a burguesia
colonialista procura, obstinadamente,
aumentar a produção e
reduzir as despesas com os
salários, o que só consegue
suprimindo os gastos com
passaporte dos «contratados»
de Angola, Moçambique e
Cabo Verde, isto é, desde que
levasse à prática o enquadramento
forçado dos trabalhadores
das ilhas.

Combina-se assim, entre os
diversos sectores da burguesia
colonialista portuguesa aquele
que viria a constituir o marco
na luta de resistência do
povo santomense: o massacre
de Batepá, em Fevereiro de
1953, duran-

te o qual, numa semana
foram vilmente assassinados
1032 patriotas do arquipélago.
As prisões, torturas e assassina-
ções prolongam-se nos meses
seguintes, enquanto a sinistra
Pide DGS é aliada forçada.
Tudo isto vem mostrar que só
organizados poderiam os santomenses
atingir os seus anseios: a
libertação e independência
total e completa. Surge pois
a necessidade de formação
de um movimento que condu-
zisse a luta pela independência
do país.

Para trás fica a história
gloriosa de resistência ao
ocupante agitado e despedido.
Pela frente um caminho de
paz e progresso, de construção
da República Democrática de
S. Tomé e Príncipe, ultrapassando
a pesada herança colonial no
desenvolvimento harmonioso
das suas potencialidades
moldes inteiramente novos.

e os nossos países agem que nos une

dar e estreitar os laços tradicionais de amizade que os une às antigas colónias portuguesas, à África em geral, aos países socialistas e ao Terceiro Mundo por um lado, e por outro lado, pela necessidade de abertura em direcção a outros países, com os quais, segundo o Pinto da Costa, «é nossa intenção cooperar, num quadro de respeito mútuo pela soberania de cada nação, de não ingerência nos assuntos internos e de vantagens recíprocas».

A República Democrática de S. Tomé e Príncipe foi reconhecida por todos os países do mundo,

e mantém relações diplomáticas com vários de entre eles, e numerosos foram os embaixadores que apresentaram as suas credenciais junto ao Governo. Recebem visitas constantes de delegações amigas e os dirigentes santomenses efectuam viagens oficiais ao estrangeiro durante as quais apreciam o respeito e a consideração que têm os outros povos pela luta e pela vitória alcançada pelo povo de S. Tomé e Príncipe.

Além do Governo português, assinaram acordos de cooperação com o Gabão, com a República Socialista da Roménia,

com a República Popular da China e com a República Popular e Democrática da Coreia. Novos acordos serão assinados com outros países no sentido de «encontrarmos a ajuda e os meios necessários para levarmos adiante o programa da nossa reconstrução nacional» — disse Pinto da Costa.

Sentido a necessidade de coordenar a sua luta contra o inimigo poderoso, apoiado militar, política e moralmente pelas grandes potências imperialistas, o MLSTP, a vanguarda revolucionária do povo santomense uniu as suas forças às dos

movimentos de libertação das outras colónias em África para melhor combater o inimigo, para melhor garantir o sucesso da luta de então e da luta de hoje.

O camarada Manuel Pinto da Costa salientaria num dos seus discursos que «estamo abertos a toda a espécie de cooperação uma vez que ela traga vantagens materiais para o nosso povo, uma vez que não se queira utilizar a cooperação como um meio para diminuir e explorar o nosso povo. Sabemos que nenhum capital virá investir

(Continua na pág. 8)

Mobilizar o povo para reconstruir o país

A implantação política em todo o país tem sido, desde a independência, a principal tarefa do MLSTP, na República Democrática de S. Tomé e Príncipe. Neste momento, a organização encontra-se implantada em todas as regiões, empresas agrícolas ou industriais do país, assim como nos restantes sectores da economia, e desenvolve um importante trabalho orientando o povo no esforço diário para a construção de uma sociedade nova.

A exploração colonial de vários séculos deixou o país completamente na miséria. Isto como no nosso país, dificulta a tarefa da reconstrução nacional. Não dispõem de meios financeiros para enreitar de imediato, as dificuldades que essa obra impõe. «Todavia — dizia o Presidente Pinto da Costa numa entrevista concedida ao jornal «Revolução» — na luta que hoje travamos como em qualquer outras lutas, o factor humano é essencial. Dispomos de um povo que tem uma experiência de luta anti-colonial, um povo que está decidido a fazer sacrifícios para fazer da nossa terra um país rico e próspero. Esse povo sabe que o nosso futuro depende do sacrifício de hoje, do nosso trabalho.»

O trabalho político continua a ser essencial para a reconversão das mentalidades, pois, além de terem que melhorar a consciência profissional, é necessário aumentar a consciência política para o povo esteja em condições de compreender todas as transformações revolucionárias que surgem, à medida que vai avançando o trabalho da reconstrução nacional. A escolha da via de desenvolvimento para um país como S. Tomé e Príncipe é fundamental, porquanto ela dependerá ou não dos problemas sócio-económicos e a conquista ou não de uma verdadeira independência.

Quer com as nacionalizações das empresas agrícolas e mais tarde do Banco, quer com a socialização da medicina e outras medidas similares no domínio da educação, informação etc mostra claramente a via optada pelo Governo Santomense.

A política económica do Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe tem como objectivo a criação da base material necessária à satisfação das exigências de importância vital para toda a população, no domínio da vida material e cultural e ligado às condições de trabalho e habitação. É uma tarefa difícil mas ela implica não só mudanças nas relações sociais e produção, mas também e sobretudo a formação do homem novo, liberto dos conceitos, preconceitos e hábitos enraizados durante várias gerações.

Dentro do plano geral de desenvolvimento tem-se dado uma particular atenção às regiões mais atrasadas, à solução do problema do desemprego, manifestando-se a preocupação de aproveitar todos os recursos naturais com o fim de assegurar o bem-estar do povo.

No domínio da educação tomaram-se medidas tendentes a uma descolonização do ensino, a sua democratização e a sua adaptação às exigências do desenvolvimento do país. Segundo o Presidente, «o principal instrumento para a realização dos nossos objectivos no campo educacional será a expansão e o aperfeiçoamento contínuo do sistema de ensino, de modo a estabelecer uma constante harmonia entre o nível educacional do povo e as exigências de desenvolvimento.»

Um atenção particular é dada à juventude, como elemento mais dinâmico da sociedade e as mulheres, através da sua integração na vida da Nação. O chefe de Estado santomense afirmava que «nós temos que convencer de que o futuro do nosso país depende de nós.»

A agricultura em S. Tomé e Príncipe é o elemento dinamizador da economia

A agricultura é para a República Democrática de S. Tomé e Príncipe, o elemento dinamizador da economia. Em funções disso, um mau ano agrícola pode envolver consequências sociais desastrosas. É da agricultura que o povo santomense retira o essencial para a sua existência. É também da agricultura que conseguem colher os produtos agrícolas de exportação que são vendidos, garantindo assim a entrada de divisas naquele país irmão.

Anteriormente à independência, o país era caracterizado pela divisão do território em grandes roças, propriedade de privados ou de sociedades capitalistas, e pela monocultura do cacau para exportação. O povo trabalhava sob as ordens e exploração desses senhores. E foi para garantir a mão-de-obra barata que foram deportados para S. Tomé e Príncipe milhares e milhares de angolanos e caboverdianos.

No espaço compreendido entre o fim do Governo colonial-fascista português e a gloriosa data de 30 de Setembro de 1975, que ficou conhecida pelo «dia das nacionalizações», iniciou-se uma nova era na vida do povo de S. Tomé

e Príncipe.

Esta fase destina-se a suprir as necessidades do povo. Daí que assentam no Ministério da Agricultura responsabilidades muito sensíveis, quando aos resultados do seu trabalho, como estrutura administrativa do sector, quer na produção agrícola e pecuária, comercialização e abastecimento, manutenção de instalações e equipamentos, como no controle e gestão das explorações agrícolas colectivas. E também por isso que se fala na necessidade de uma reforma agrária.

A realização da reforma agrária, um dos principais objectivos do povo e do Governo santomense, como salientava o Presidente Manuel Pinto da Costa «tem de começar primeiramente pela nacionalização das grandes propriedades agrícolas, isto é, elas passarão a pertencer à nossa Nação, ao nosso Estado. Uma vez feita a nacionalização, o nosso Estado vai estudar a melhor forma de administração e de organização do trabalho nestas propriedades, de forma a aumentar a nossa produção agrícola.»

Segundo o programa do Governo da jovem República era necessário criar três tipos de proprie-

dades: propriedade do Estado, cooperativas de produção e pequenas propriedades privadas. As propriedades do Estado passariam a ser constituídas por roças que ocupam grandes extensões de terra, onde se tornam necessários grandes investimentos financeiros e técnicos e a existência de uma mão-de-obra numerosa. As cooperativas resultariam da união dos pequenos proprietários e, haveria também as pequenas propriedades que o Estado concederia a todos aqueles que querem trabalhar individualmente.

A reforma agrária que se pretende em S. Tomé e Príncipe irá modificar profundamente a política agrícola até então praticada pelos colonialistas. Houve uma nova distribuição de terras uma melhor organização da exploração agrícola e um maior aproveitamento das terras. Parte da mão-de-obra que se encontrava desempregada já foi absorvida e o novo clima de trabalho passou a constituir estímulo para o aumento da produtividade e, por consequência o aumento da produção.

A reforma agrária virá a beneficiar a maioria esmagadora da população

trabalhadora, ao mesmo tempo que vai permitir a melhoria das suas condições de vida. Isto porque, à medida que o Governo vai obtendo meios financeiros suficientes como consequência do aumento da produtividade do trabalho e da produção nas roças, ele terá a possibilidade de dar aos trabalhadores melhor alojamento, assistência médica mais eficaz, creches, maternidades e hospitais para eles e seus familiares outras garantias que estão dependentes de todo o desenvolvimento económico do país — salientaria o camarada Presidente Pinto da Costa.

Não obstante estes resultados, muitas dificuldades ainda se depararam para o povo daquele arquipélago. Continuam a existir dificuldades organizativas no trabalho, subsistem dificuldades materiais de vária ordem, falta de condições para os trabalhadores e verifica-se ainda uma inexistência de uma rede de distribuição de géneros alimentícios e outros, capaz de os fazer chegar a todos os pontos do país. Mas a determinação do povo persiste em construir um país economicamente independente.

Taça do Totobola - os empatas

Mais um trofeu para a colecção da UDIB: trata-se da Taça «1.º Aniversário do Totobola Nacional» ganha pela sua equipa principal ao vencer, na final, o Ajuda Sport por 3-2.

Os udibistas tal como os ajudenses para chegarem à final tiveram que derrubar, no sábado à tarde e à noite, o Benfica e o Sporting, à custa da marcação de 32 grandes penalidades.

Este número elevado de penaltes só pode significar uma coisa: crise de marcadores do castigo no futebol nacional. Aliás, este problema não é de hoje. Na última edição da Taça Amílcar Cabral a selecção nacional classificou-se na quarta posição porque os homens que foram chamados para marcarem penaltes não foram capazes de introduzir o couro no sítio devido. A maior parte dos penaltes marcados pelos nossos jovens futebolistas ou são atirados à figura do guarda-redes, ou são pontapés tortos para fora. No sábado passado as coisas quase que se situaram no ridículo. Será que os técnicos nacionais ainda não se aperceberam deste facto? Incrível!

«O torneio empate», queríamos dizer torneio

1.º Aniversário do Totobola» (o engano deriva do facto de os 90 minutos regulamentares dos jogos deste torneio, com a excepção dos da final, terem sido esgotados sem que nenhuma das equipas em confronto fosse capaz de construir uma vitória. Até o jogo amigável entre os «teams» do Totobola e do Bovista de Pilum de Baixo, que durou apenas 30 minutos, acabou em «tchifre de cabra» (empate a uma bola). O torneio «1.º Aniversário do Totobola», dizíamos, permitiu ao público de Bissau aquilatar das potencialidade das equipas intervenientes, ou melhor ficar com uma ideia sobre a força que cada um dos conjuntos tem para a época que se irá iniciar.

Neste capítulo e de acordo com a produção de cada um dos conjuntos aqui uma afirmação: A UDIB tem uma equipa mais homogénia». Sporting e Ajuda seguem-lhe o passo. Quanto ao Benfica ainda é cedo para se formular um juízo correcto sobre o seu real valor e para mais nem todos os seus titulares começaram ainda a jogar. Mas dizer que a equipa encarnada ainda está longe do seu melhor é a melhor verdade deste mundo.

Falando do espectáculo proporcionado pela UDIB e Ajuda Sport, na final, temos a salientar que o trofeu foi parar as mãos de quem justificou merecê-lo.

FINALISTAS APURADOS POR PENALTES

UDIB e Ajuda apuraram-se para a final, da taça «1.º Aniversário do Totobola», ao derrotarem os campeões e os vice (Benfica e Sporting) respectivamente, na marcação de grandes penalidades e após um empate a uma bola (nos dois encontros) tempo regulamentar. Apenas 57 por cento, de um total de 32 penaltes, foram concretizados.

Estes desafios tiveram lugar no estádio Lino Correia, no sábado passado e na presença de uma boa assistência principalmente no Benfica-UDIB. Este encontro teve início às 17 e 30. A formação «encarnada» entrou explorando o contra-ataque, com o intuito de surpreender o adversário. Não o conseguiu na totalidade principalmente na primeira parte, porque os avançados careciam de velocidades e os médios mastigavam os passes.

N'Tchobá tinha dificuldade na rápida entrega do esférico. Só a habilidade de Djop, Nhama secundados por Iafai, criavam perigos nas hostes udibistas. Seria Djop, que numa das suas deambulações entre os adversários — tirando quantos lhe apareciam pelo caminho — a abrir o activo.

Na segunda parte a UDIB tomou o comando do jogo. Neste período apareceu o golo. Na marcação de penalte, transformado por Franklin e a castigar derrube de Papa na área. A série de penalidades indicaria o primeiro finalista.

No jogo seguinte vimos o Ajuda ao ataque sucessivo à baliza do Sporting. Depois de vários remates, o Ajuda teve os seus esforços coroado de êxito, quando Beto Pontes num leve toque marcava o golo, agradecendo um passe de um adversário. Neste período o Ajuda podia marcar mais. Mas tal não aconteceu. As substituições deram os seus frutos. O Sporting entrou na segunda parte, a criar situações de perigo. Num jogada, um passe de Rui levou a bola à cabeça de Rodolfo que a empurrou para o fundo da baliza.

CSSA condena partida de boxe na Africa do Sul

YAOUNDE — O Conselho Superior dos Desportos em África, CSSA, condenou vigorosamente, num comunicado, o combate de boxe que deverá opor a 20 de Outubro em Pretória, para o título mundial dos pesos pesados, o boxista branco sul-africano Gerrie Goetz ao negro americano John Tate.

Se este combate se realizar sublinha o comunicado redigido em Angola servirá para fazer publicidade e permitir a política de descriminação racial no desporto em

África do Sul. Por outro lado, o CSSA lançou um apelo à opinião mundial e a diversas associações de boxe para que tudo seja feito a fim de impedir este combate. Considera que este combate seria «um insulto a toda África», como o é a digressão da equipa de «rugby dos barbarianos» na Grã-Bretanha.

O CSSA qualificou por fim o encontro de Pretória de uma manobra, destinada a mostrar que o desporto foi integrado no regime racista sul-africano.

Henry Rono quer medalha de ouro

NAIROBI — O queniano Henry Rono, quatro vezes recordista do mundo de 3 mil metros barreiras, 5 mil e 10 mil metros numa entrevista concedida ao correspondente do «Daily Nation» publicada na capital queniana, disse ter a intenção de lutar para as medalhas

de ouro olímpicas nos jogos de 1980 a realizar em Moscovo, nas três distâncias.

«Vou lutar para ganhar estas três distâncias — afirmou ao correspondente daquele jornal. O meu maior rival será o temível atleta etíope, Mireus Efer Dae».

URSS ganha mundial de estrada

A União Soviética ganhou o campeonato do mundo de estrada, para júniores que está a decorrer no velódromo de Buenos Aires. A formação soviética cumpriu os 70 quilómetros do per-

curso em 1h24m22s, à média horária de 48,004 quilómetros. Nos lugares imediatos classificaram-se a Suécia com 1.24.36 e os Estados Unidos com 1.25.03.

Anúncios

ANÚNCIO

O Departamento do Controle Económico do CECIA, chama atenção do público em geral, em especial revendedores ambulantes (bideiros) no sentido, de evitarem a revenda em todos os sectores públicos de produtos importados, que se encontram nos supermercados a venda a favor do público consumidor, que a maior deles são comprados não só para consumo, mas sim, para revenda nos becos, hairros e mercados do País.

Assim chama-se atenção de todos em especial bideiros, que forem surpreendidos na prática de tais actos, serão castigados severamente, de conformidade com a lei vigente.

Também avisam-se a todos os comerciantes, que levantam as mercadorias nas empresas estatais, para venderem nos seus estabelecimentos e que dispensam par-

tes delas aos comerciantes ambulantes (bideiros) para revenderem nos becos, tais como cervejas, óleo etc, ambos serão punidos com a pena da multa máxima, e cabendo ao comerciante e encerramento definitivo do estabelecimento.

Brevemente será posto ao conhecimento do público, certos actos cometidos pelos infractores durante os anos 1977/1978, nos termos do parágrafo 2.º do Art.º 51 e art.º 53 do Decreto n.º 20 de B.O. N.º 20 de 14 de Maio de 1977.

Assim apelamos ao público, no sentido de colaborar com o Departamento do Controle Económico, denunciando com rigor os delitos económicos em prol do desenvolvimento económico nacional.

AVISO

Trata-se de todos os assuntos com máxima perfeição.

Contactar as «Organizações Ancar». Escritório.

Faz-se público que, em conformidade com o despacho do Comissário do Estado de Informação e Cultura, se encontra aberto concurso de provas teóricas pelo prazo de 15 dias, a contar da data de publicação deste aviso no Jornal «Nô Pintcha», para preenchimento de duas vagas existentes de compositor de I.B.M. da Imprensa Nacional.

Os candidatos, deverão pedir a sua admissão ao concurso em requerimento dirigido ao Camarada Comissário de Estado de Informação e Cultura, com assinatura reconhecida pelo notário.

As provas a prestar versarão sobre os seguintes pontos:

PROVA TEÓRICA

- Secções da compozer
- Códigos

- Tipos de alinhamentos de textos
- Teclas de acesso à memória
- Marcação de medidas de tabulações
- Força de impressão
- Preparação da máquina
- Teclas de reprodução
- Junção de caracteres

PROVAS PRÁTICAS

Composição de 7.500 caracteres em duas horas.

Ficam avisados pelo presente anúncios os proprietários dos veículos que se encontram para reparação nas oficinas de Gille Michel, na Av. Pansau Na Isna em Bissau, que os devem levantar no prazo de dez dias após a 2.ª publicação deste anúncio sob pena de serem considerados perdidos a favor das oficinas Gille Michel.

Os sul-africanos querem destabilizar Angola

LUANDA — O ministro da Defesa de Angola, Iko Carreira, declarou na semana passada que as recentes agressões sul-africanas contra Angola visam principalmente destabilizar o país. No sábado, fontes oficiais angolanas indicaram que seis brigadas sul-africanas compostas por 3 mil homens cada uma estão actualmente concentradas na fronteira angolo-namibiana, e dispondo de um importante apoio logístico, desde a artilharia até à aviação.

Falando na sessão de abertura da reunião metodológica da organização do partido no seio das FAPLA, Iko Carreira exortou os combatentes angolanos a estarem vigilantes, acentuando a importância para a defesa do país, dos ideais da determinação, firmeza e coragem no seio das forças armadas, cujo exemplo sempre foi dado pelo guia da revolução angolana, dr. Agostinho Neto.

Iko Carreira indicou que a implantação das estruturas do partido no seio das forças armadas permitirá o aumento das qualidades morais e de combatividades, qualidades sempre ligadas, afirmou, a uma profunda convicção ideológica.

COMBATE A REACÇÃO INTERNA

O ministro angolano do Interior, Kundi Pahima, anunciou severas

medidas contra os inimigos do povo, que são, segundo o ministro, «não só a África do Sul, nem os fantoches da Unita ou da FNLA», mas também e principalmente os que «estão camuflados que vivem e falam conosco». Com estes é que devemos estar vigilantes para neutralizar todas as tentativas da reacção interna e as ideias incorrectas da pequena burguesia.

Por outro lado, Bureau Político do MPLA-Partido do trabalho nomeou o coronel Pedro Maria Tonha (Pedalé) para o posto de secretário do Comité Central para o Departamento das Províncias, enquanto Roberto Victor de Almeida substituiu José Eduardos dos Santos como secretário para o Departamento do Desenvolvimento Económico e de Planificação. (FP)

Fidel na ONU: "Não há paz sem desenvolvimento"

NOVA YORK — «Sem recursos para o desenvolvimento, não há paz» — declarou o chefe de Estado cubano, Fidel Castro, actual presidente do Movimento dos Não-Alinhados, ao discursar na sexta-feira passada perante a 34.ª sessão da Assembleia Geral da ONU.

Fidel defendeu na sua intervenção um melhor entendimento entre os países industrializados e as nações em vias de desenvolvimento, precisando que os primeiros deviam conceder donativos e créditos financeiros com taxas de interesse mínimas e a longo prazo, destinados a serem investidos nos países subdesenvolvidos.

Lembrou ainda que os países grandes produtores de petróleo deviam ter a noção das responsabilidades. «Se queremos a paz, estes recursos são necessários». Acrescentou que os Estados Unidos, durante o decénio 1980-1990, gastarão seis vezes os 300 bilhões (perdidos para o terceiro mundo) em actividades militares.

No seu discurso, dedi-

cado quase inteiramente, ao relato das conclusões da sexta cimeira dos Não-Alinhados em Havana, o líder da revolução cubana sublinhou que não tinha vindo à ONU como profeta da revolução: «Vim falar da paz e de colaboração entre os povos e vim advertir que se não encontrarmos uma solução pacífica e justa para as injustiças e desigualdades actuais, o futuro será apocalíptico».

Fidel não excluiu os países socialistas do seu apoio à luta contra o subdesenvolvimento. Adverteu que embora estes países não tenham participado na pilhagem do mundo e «não sejam responsáveis pelo subdesenvolvimento, mas eles compreendem a obrigação de nos ajudar a superá-lo».

Fidel Castro enunciou perante a Assembleia Geral da ONU as seguintes reivindicações: cessação da desigualdade nos termos de troca, da inflação importada, do proteccionismo, do desequilíbrio na exploração dos recursos marinhos, conversão a favor do desenvolvimento dos fundos consagrados aos armamentos, substituição do ac-



tual sistema monetário internacional, anulação das dívidas dos países menos desenvolvidos, diminuição da dívida dos países menos desenvolvidos, desaparecimento do abismo económico entre os países desenvolvidos e os que querem desenvolver-se.

Abordando os problemas políticos, condenou a África do Sul e disse que os Não-Alinhados apoiariam a conferência de Londres sobre o Zimbábue desde que esta «não se opuser a soluções que possam ser obtidas sem luta armada». O presidente Castro apoia também a autodeterminação do Sahara Ocidental.

GREVE NO SUDÃO

KARTUM — Os empregados dos bancos nacionalizados encontram-se em greve desde sábado. Reivindicam o aumento de salário. Há meses atrás os empregados dos bancos sudaneses tinham paralizado os trabalhos durante cinco dias pelas mesmas razões. (FP)

UNIÃO DOS YÉMENS

KOWEIT — Os presidentes dos dois Yémens vão encontrar-se em Dezembro para «acelerarem a união entre o norte e o sul do país», declarou anteontem o ministro norte-yemenita da Informação, Yehya Al-Archi, numa entrevista publicada pela imprensa koweitiana. — (FP)

NEGRO NO BRASIL

RIO DE JANEIRO — A surpresa da indicação da cor da pele no recenseamento da população brasileira, foi condenada pelo presidente do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras, Orlando Fernandes. Segundo Fernandes, esta supressão, decidida durante o recenseamento de 1970, tem por objectivo esconder que o elemento afro-brasileiro constitui a maioria esmagadora da população de baixo rendimento e não está representada em nenhum nível do poder político, económico e cultural. — (FP)

CUBA LIBERTA 400 PRESOS

HAVANA — Quatrocentos prisioneiros políticos foram libertados no sábado em Cuba, anunciou o jornal oficial cubano. Já são 3.200 os contra-revolucionários que beneficiam da medida de indulto decidida em Novembro passado pelas autoridades cubanas, e que visa pôr em liberdade 3.600 presos. (FP)

DESFEITA REDE TERRORISTA

MADRID — A polícia espanhola desfez no sábado, uma importante rede terrorista ao prender 25 dirigentes dos «Grupos Revolucionários Antifascistas 1.º de Outubro» (GRAPO), entre os quais, o seu chefe, José María Sanchez Casas, o terrorista mais procurado de Espanha. A operação realizou-se simultaneamente em Barcelona, Madrid e Valência.

Continua a discriminação e exploração na Africa do Sul

BERLIN — As tarefas prioritárias do ANC da África do Sul consistem na mobilização do povo e na intensificação da luta armada contra o regime racista — declarou o representante permanente do Congresso Nacional Africano na RDA, Anthony le Clerc Mongalo.

Numa entrevista à agência ADN por ocasião do dia Internacional da Solidariedade com os prisioneiros políticos da África do Sul, comemorado a 11 de Outubro, Mongalo constatou que «o palavreado do chefe dos racistas sul-africanos, Botha, a respeito de eventuais reformas não passa de uma tentativa de enganar a opinião

internacional e de ganhar a sua simpatia no momento em que as sanções económicas contra Pretória poderiam ser aprovadas pela Assembleia Geral da ONU».

O ANC denunciou tais reformas, considerando que elas destinam-se a «isolar, enfraquecer e destruir a direcção, de vanguarda do movimento de libertação da África do Sul, que é o ANC» afirmou Mongalo.

«O ANC não luta por reformas. Combatemos não para permitir que o negro sente no mesmo banco que um branco ou de entrar numa estação pela mesma porta que um branco, salientou o repre-

sentante do ANC. A crescentou que lutam «pela libertação do nosso país da exploração racista, pela criação de uma África do Sul verdadeiramente independente e democrática onde todos os homens, negros ou brancos, tenham o direito de determinar livremente o seu destino».

Informou ainda que a política racista, embora condenada pela ONU e pela OUA, continua de maneira camuflada. Mongalo citou o exemplo de que mais de 70 por cento da classe operária está exposta à discriminação racial.

Desmentida a formação de governo palestino no exílio

LISBOA — A Organização de Libertação da Palestina (OLP) não pretende ainda formar um governo provisório no exílio — afirmou na sexta-feira em Lisboa Abderrahmane Fares, jornalista da «Revolução Palestiniana», órgão da OLP, desmentindo assim as declarações feitas por um deputado israelita no princípio do corrente mês.

Fares, que dava conta dos trabalhos preparatórios da Conferência Mundial de Solidariedade com o povo árabe e a causa palestina, que deve reunir-se de 2 a 6 de Novembro em Lisboa, precisou que a formação

de tal governo terá lugar «um pouco antes da vitória final».

A respeito da conferência de Lisboa, Fares precisou que ela reunirá cerca de 500 delegados vindos de países de todos os continentes. Afirmou, por outro lado, que a presença de Yasser Arafat, presidente da OLP, que poderá discursar na abertura da conferência, depende ainda da forma como será recebido pelo governo português. Se vier, Arafat deverá também inaugurar uma delegação oficial da OLP na capital portuguesa. (FP)

Marrocos bombardeia Smara com napalm

ARGEL — Bombas de fósforo (napalm), foram lançadas por aviões «Mirage» marroquinos a 9 e 10 do corrente mês sobre Smara, a capital religiosa do Sahara Ocidental do ataque desta

cidade pelos combatentes saharauís, de Esta informação foi transmitida pela agência argelina de Informação APS, num despacho proveniente da região norte-Smabado em Argel.

Uma das ogivas de bomba recuperada depois da sua explosão, precisou a APS, foi apresentada aos membros da Associação Francesa de Amizade com a RASD e aos jornalistas actualmen-

te em visita no território sharaoui.

Por outro lado, a Frente Polisário anunciou na quinta-feira que as suas forças ocuparam no dia anterior a guarnição de Touizgui, no sul do

Marrocos, matando 57 soldados marroquinos ferindo 39 e capturando dois. É a terceira vez num ano que esta localidade-guarnição é atacada e ocupada pelos saharauís.

Conferência de Londres

LONDRES — Grã-Bretanha ameaçou ontem excluir a Frente Patriótica das negociações de Londres sobre o futuro da Rodésia se os dirigentes nacionalistas não aceitarem nas próximas horas o plano constitucional britânico.

As autoridades britânicas deram mesmo um passo em frente no sentido de pressionar a Frente Patriótica, ao anunciarem discussões separadas a partir de hoje com a delegação do fantoche Abel Muzorewa sobre as disposições militares e administrativas para o período de transição anterior às eleições no Zimbábwe.

Lord Carrington, que preside a conferência, sublinhou que a Frente Patriótica poderia participar nestas discussões quando Joshua Nkomo e Robert Mugabe se pronunciarem claramente sobre as propostas constitucionais britânicas.

No entanto, um acordo bilateral com o regime ilegal de Salisbúria, equivaeria a um fracasso, porque a Frente Patriótica não teria outra alternativa senão intensificar a luta contra as autoridades rodésianas.

Os nacionalistas do Zimbábwe recusam-se a dar a conhecer a sua posição sobre o plano constitucional britânico antes do final das negociações sobre o período de transição. Para a Frente Patriótica, as duas questões — constitucional e do período de transição — estão interligadas.

O porta voz da Frente, Zvogbo, afirmou que esta mantém a sua posição e que só se pronunciaria sobre um regulamento global. «Não é possível, nem racional, procurar obter uma resposta da nossa parte, apenas sobre o problema constitucional», acrescentou.

Empréstimo do Banco Africano para extensão da rede eléctrica

O Banco Africano para o Desenvolvimento assinou com o nosso país, um acordo para empréstimo de 43 milhões de francos CFA (dois milhões de unidades de conta), destinado ao financiamento da extensão da rede eléctrica. Por seu turno, o Fundo Africano do Desenvolvimento, organismo do BAD, concedeu um empréstimo a cinco países africanos, entre eles a Guiné-Bis-

sau. Os restantes países são a Somália, Djibuti, Egipto e Mali.

O montante deste empréstimo é calculado em 26,2 milhões de unidades de conta. Dentre estes países o mais beneficiado é o Egipto, que recebeu um total de oito milhões de unidades de conta, para o financiamento de um projecto de electrificação do meio rural, reembolsável em 50 anos.

O Conselho da Administração do BAD aprovou uma série de empréstimos a quatro outros países africanos, nomeadamente Tunísia, Congo, Níger e Camarões. O empréstimo concedido à Tunísia, num montante de oito milhões de unidades de conta, destina-se a assegurar o abastecimento, em água, da zona industrial de Gabes e é reembolsável em 17 anos.

Os 2,8 milhões de uni-

dade de conta concedidos á República Popular do Congo, é reembolsável em 12 anos e destinados à agência congoleza de comunicação para o financiamento de uma parte do projecto do caminho de ferro do Congo. Ao Níger coube o montante de 4,35 milhões de unidades de conta, reembolsável em 13 anos e destinado ao projecto de electrificação das minas de urânio.

Gulbenkian deverá financiar construção de centros de saúde

Uma delegação do Comissariado de Estado da Saúde e Assuntos Sociais, chefiada pelo seu Secretário-Geral, camarada Manuel Boal, estudou em Portugal, com a Fundação Calouste Gulbenkian, a possibilidade de financiamento da construção de centros de saúde nos bairros de Bissau e, a participação do Instituto de Higiene e Medicina Tropical de Lisboa no estudo de certas doenças virais, como a febre amarela e a biliarziose.

O camarada Manuel Boal que regressou no sábado passado ao país informou-nos que a delegação da Gulbenkian apreciou o projecto e, pensa poder defendê-lo junto ao Conselho de Administração. «Provavelmente daqui a uma ou duas semanas possamos ter ecos sobre este capítulo de ajuda».

Conseguiu-se a participação de técnicos do Instituto de Higiene e Medicina Tropical no es-

tudo das doenças virais, para «podermos saber em que situação está esta epidemia no nosso país e saber medidas a tomar para evitar a sua eclosão».

A delegação do CESAS, da qual fazia ainda parte o camarada Venâncio Furtado, director-geral da Saúde Pública, concordou também com a direcção técnica do Instituto em fazer um estudo sobre a biliarziose que é uma doença que existe no nosso país, caracterizada por urina com sangue e, «nós pensamos que ela pode vir a tornar-se muito mais perigosa por causa dos projectos de desenvolvimento rural ligados à necessidade de se obterem duas ou mais colheitas de arroz por ano, porque o vetor principal dessa doença vive nas águas arrozais. É provável que

tenhamos a ter problemas ligados com a multiplicação dos factores desta doença, como conse-

quência deste projecto que pode resolver as nossas dificuldades alimentares».

S. Tomé e Príncipe

(Cont. das Centrais)

em S. Tomé e Príncipe se ele não obtiver nenhuma compensação. Mas daremos facilidades a todo o capital estrangeiro que contribua efectivamente para o desenvolvimento do nosso país.

«Continuamos convencidos — diria — que uma cooperação com o povo e o Governo português será bastante útil para os nossos dois países. Nós da nossa parte tudo faremos para que as relações de cooperação, a todos os níveis se desenvolvam e se reforçam. As acções revolucionárias desencadeadas, tanto pelo povo português como pelo nosso povo, só servirão, estamos certos, para nos aproximar cada vez mais um do outro».

Para um país como S. Tomé e Príncipe, economicamente atrasado, com falta de gente suficiente capaz de dirigir a economia do país, com falta de dinheiro, para investir no plano de desenvolvimento social e económico, a cooperação com os países estrangeiros é uma necessidade objectiva. Essa cooperação pode abranger todos os ramos: económico, técnico, cultural etc.

No que respeita ainda à sua política externa, a República Democrática de S. Tomé e Príncipe apoia a luta dos povos africanos pela sua independência nacional e unidade, cria condições que permitam ao seu povo uma participação activa nessa luta e opõe-se a toda a tentativa de anexação ou de opressão de um povo para a realização da dita unidade.

Técnicos brasileiros

Uma delegação brasileira dos Serviços Nacionais de Aprendizagem Profissional e de Comercialização (SENAI e SENAC, respectivamente) que permaneceu durante alguns dias na nossa capital, estudou com entidades governamentais todos os aspectos ligados à cooperação entre os dois países nomeadamente a concessão de bolsas de estudo em vários domínios e a vinda de técnicos brasileiros para ministrar alguns

cursos de formação profissional no nosso país.

A visita da delegação brasileira teve como objectivo pôr em prática alguns capítulos do Memorandum de Entendimento assinado aquando da realização da Comissão Mista Guiné-Bissau-Brasil. Integram a delegação os drs. Wamderley Linsassen, da directoria da Senai e Fernando Mey Sousa, director do desenvolvimento do pessoal do Senac.

Vitor Saúde Maria regressou da ONU

(Cont. da 1.ª pág.)

Desta reunião, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros elegeram o novo secretário-geral da Conferência Islâmica, o antigo ministro dos N.E. da Tunísia, em substituição do dos Camarões.

Sobre a questão do desarmamento, o camarada Victor Saúde Maria

expressou-se contra a atitude das potências internacionais, no emprego de bilhões de dólares em armas que ameaçam a paz mundial, enquanto milhões de pessoas no mundo morrem de fome.

Esta também foi a posição da maioria dos países membros da ONU, que recomendam a utilização de algumas partes dessas despesas bélicas,

na ajuda a outros países pobres, onde a fome e a miséria dominam.

Victor Saúde Maria citou, como grandes contribuições para a reunião, as intervenções de personalidades como o Fidel de Castro, na qualidade de Presidente em exercício do Movimento dos Não-Alinhados, William Tolbert Junior da OUA e do Papa João Paulo II.

ELEIÇÕES PARLAMENTARES

LUSAKA — A República de Botswana prepara-se para as eleições parlamentares que terão lugar no dia 20 de Novembro. Nas 32 circunscrições eleitorais criadas no país registam-se as candidaturas à Assembleia Nacional de todos os quatro partidos: o Partido Democrático de Botswana, presidido pelo sr. Khama, presidente da República, a Frente Nacional de Botswana, Partido do Povo de Botswana e o Partido de Independência de Botswana.

Os sindicatos têm manifestado muita atenção, nos seus discursos eleitorais, ao reforço da independência económica de Botswana. — (TASS)

AGÊNCIA PANAFRICANA DE INFORMAÇÃO

DAKAR — A Agência Panafricana de Informação (PANA), começou ontem em Dakar, onde está situada a sua sede, a sua primeira reunião de trabalho desde a fundação pela cimeira da Organização da Unidade Africana, O. U.A., em Julho último.

Esta reunião de peritos se prosseguirá até 20 de Outubro e terá como objecto, estudo dos problemas relativos ao funcionamento da agência, presidida por Cheick Ousmane. — (FP)

POSSÍVEL DEMISSÃO DE ECEVIT

TURQUIA — O Partido da Justiça do antigo primeiro ministro Suleyman Demirel, conquistou 33 dos 51 lugares possíveis no Senado, no escrutínio de domingo para a renovação de uma terceira legislatura, segundo os resultados oficiais publicados ontem de manhã, em Ankara. Demirel dispõe actualmente de 77 assentos no Senado, enquanto que o grande vencedor destas eleições, o Partido Republicano do Povo, do primeiro ministro Bulent Ecevit, que obteve 12 lugares, viu muito reduzida a sua presença no Senado. Perante estes resultados, Ecevit deixou bem patente, no domingo, que poderia apresentar a sua demissão. (F.P.)